**O POSICIONAMENTO CONSERVADOR NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E A DEFESA DOS PRESSUPOSTOS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DE 1993**

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma discussão sobre o posicionamento conservador reproduzido no cotidiano da prática profissional do assistente social e os pressupostos defendidos no Código de Ética Profissional de 1993, visto que, essa prática conservadora reproduzida nesse cotidiano contrapõe os valores defendidos pelo Código. O cotidiano é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de crítica, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas do cotidiano repetidas automaticamente em meio à burocracia das instituições. Trata-se de uma repetição espontânea de certos costumes e valores internalizados e consolidados por meio de sua formação moral, anterior à formação profissional. A herança conservadora da profissão e a influência da ideologia dominante na vida cotidiana faz com que o assistente social se prenda a apelos moralistas e preconceituosos que rondam o imaginário social, desenvolvendo assim uma prática conservadora. Essas práticas resultam de uma cultura, conservadora, da precarização da formação profissional, da falta de preparo técnico e teórico, da fragilização de uma consciência crítica de processos de despolitização, de incorporação de valores e ideologias conservadoras, individualistas, racionalistas, da absorção da rotina burocrática das instituições e submissão às suas normas e aos seus valores, entre outros, o que vem sendo agravado na conjuntura atual.

**PALAVRAS CHAVES**:Código de Ética; Conservadorismo; Cotidiano;Serviço Social.

**INTRODUÇÃO**

A vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições na qual estão inseridos os assistentes sociais rebatem na dinâmica da cotidianidade. A conduta específica desse cotidiano é imediaticidade, no qual o espontaneísmo e o automatismo são as respostas adequadas às demandas que surgem. Essas condutas implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam, contrapondo assim os pressupostos defendidos no Código de Ética Profissional de 1993, visto que, este se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético- políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético- político e em sua relação com a sociedade e a historia.

Neste sentido, o presente artigo discutirá sobre o conservadorismo na gênese do Serviço Social e sua herança na prática profissional do Assistente Social, visto que, os traços do conservadorismo ainda estão presentes na prática profissional na atualidade, em seguida será feita uma discussão sobre o cotidiano profissional do assistente social e o posicionamento conservador presente nesse cotidiano e os valores defendidos no Código de Ética de 1993.

Esse estudo possui uma dimensão bibliográfica, e toma como base de estudo o método crítico dialético, pois, este método fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Os principais autores utilizados serão Bochetti, Netto, Iamamoto e Barroco.

Esse trabalho servirá como avaliação para obtenção de nota referente à disciplina “Ética Profissional e Cidadania”, ministrada pela professora Jackeline Moura, no curso de Serviço Social do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá.

**1 O conservadorismo na gênese do Serviço Social e sua herança na prática profissional do Assistente Social**

O conservadorismo se encontra presente no Serviço Social desde o nascimento da profissão. Na analise de Netto (2009, p. 147-148), a profissão gestou da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como respostas conservadora as expressões da questão social, destinada a prestar bens e serviços para assegurar a inte­gração da classe trabalhadora na economia mercantil política de manutenção da ordem do capital. Tornando uma profissão técnico-operativa, voltada à classe subalterna, pragmá­tica, avessa a formulações teóricas e à produção de conhecimento e susten­tada teoricamente nas produções das Ciências Sociais, com ênfase no pen­samento mais conservador.

Com a consolidação e a hegemonia do capitalismo, consequentemente rompem-se com sistemas tradicionais de forma de organização social, que introduzem, por outro lado, novos hábitos e estratégias de sobrevivência. Com as crescentes mazelas sociais, fez-se necessário a ação de profissionais aptos a realizarem a leitura da realidade e dos modos de organização da vida em socie­dade, com formação específica, ou seja, baseada nos elementos constitutivos da convivência e sobrevivência sociais e nos fatores que dela decorrem.

Para Lima (1983, p. 50), o objetivo implícito dos serviços prestados por essas profissões era de “con­trolar os conflitos ou minimizar os problemas sociais de modo mais sistemático e racional”.

Após a proclamação da República (1889) e o fim do padroado (1890), em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), voltado para a formação técnica especializada, a partir do qual surgiu a primeira Escola de Serviço Social na PUC de São Paulo, em 1936, vinculada inicialmente à Ação Social, com formação baseada na doutrina social da Igreja Católica. (XXXXX).

Em 1940, inicia-se um debate a nível interacional, através da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), acontecido na Bélgica, no qual era proposta a elaboração de um código de moral para orientar a prática profissional, de acordo com a doutrina social. A visão de homem e de mundo subjacente a esse Código é inspirada na filosofia neotomista.

Em 1957 foi promulgado/elaborado o primeiro Código de Ética do (a) Assistente Social, no qual teve grande influencia da visão europeia, impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado e, portanto, sem respaldo jurídico. (CFESS, 2016). Para Iamamoto e Carvalho (2002, p. 218-219):

[...] essa fase de implantação, verifica-se a existência de um projeto teórico de intervenção nos diversos aspectos da vida do proletariado, tendo em vista a reordenação do conjunto da vida social. O aprofundamento do capitalismo gera uma série de necessidades, que exigem profundas transformações na vida social [...] e as práticas incipientes dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológi­ca da Força de Trabalho.

Em 1967 foi realizado o Seminário de Araxá, primeiro de uma série, que terá lugar a partir desse momento e que vai resultar no que, em Serviço Social, convencionou-se chamar de “Movimento de Reconceituação”. Esses seminários foram promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Inter­câmbios de Serviços Sociais (CBCISS).

O documento resultante desse primeiro seminário representa um esforço no sentido de elaboração de uma teoria do Serviço Social, ou seja, indicar seus objetivos, suas funções e a adequação da metodologia às funções. Apesar da tentativa de redefinir a profissão, permanece, a presença do tradicional nas novas pers­pectivas. E, segundo ele, os princípios e postulados “derivam diretamente do neotomismo, com o seu eticismo inteiramente abstrato e a-histórico” (Netto, 1991, p. 169).

O Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social de 1975 (CFESS, 2016) caracteriza-se, ainda, por conteúdo insuficiente no que se refere às ques­tões fundamentais da profissão. Reconhece ainda o Estado como gestor do bem comum, numa perspectiva neotomista e acrítica. Como decorrente dos elemen­tos pontuados no Código, o Serviço Social assume a prática dentro de uma perspectiva de transformação e participação social.

O Serviço Social passa por um profundo processo de renovação, repercutin­do na sua produção teórica e prática, refletindo a própria insatisfação social que caracterizou os movimentos sociais nos anos 1978 a 1980.

Esse processo de renovação, segundo Netto (1991, p. 154) constituiu-se de três direções princi­pais. A primeira, denominada perspectiva modernizadora para as concepções profissionais, empenhou-se em adequar o instrumental técnico e operacional do Serviço Social às estratégias do desenvolvimento capitalista no período pós‑64, tendo os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis como marcos da renovação para a categoria profissional. Essa perspectiva teve sua hegemonia posta em questão a partir de meados dos anos 1970.

A segunda direção foi designada como perspectiva de reatualização do conservadorismo (Netto, 1991, p. 157), na qual se condensava o segmento mais avesso às mudanças, apresentando proposições de tendências irracionalistas, fundamentadas na fe­nomenologia e na psicologia, enfatizando as dimensões da subjetividade e respaldando o exercício profissional no campo da ajuda psicossocial.

A terceira direção foi à perspectiva proposta como “intenção de ruptura com o Serviço Social ‘tradicional’” (Netto, 1991, p. 159), que visava romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador, tanto no que se refere à matriz teórica, como aos paradigmas conservadores de intervenção social, fundamentado na crítica sistemática aos seus arcabouços teóricos, metodológi­cos e ideológicos. Essa direção fundamenta-se na tradição marxista, formula o conhecido “Método BH” na primeira metade da década de 1970 e polemiza o debate profissional na primeira metade da década de 1980, caracterizando-se por uma retórica politizada, tendo como mérito mais evidente a qualificação da profissão no debate acadêmico e político.

Procurou, também, instrumentalizar a categoria profissional frente aos embates e desafios da conjuntura nacional, inserida nos processos de globali­zação e do neoliberalismo, que vão produzir grandes e imprevisíveis mudanças nas relações sociais de produção e na organização da vida social no momento atual. Nesse sentido, um novo código foi aprovado em 13 de março de 1993 (CFESS, 2016), o qual ainda está em vigor.

Diante desse contexto Bochetti (2015, p.637 – 651), considera que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicita­mente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Ser­viço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma base conservadora de As­sistentes Sociais de uma suposta vanguarda progressista.

 O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a socieda­de capitalista e sempre estará a seu dispor.

O enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, o que não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas. Conforme men­cionado, nossa luta contra o conservadorismo vem enfrentando, nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalha­dora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa.

Para Netto (2009, p.161), “Vê-se, pois, que, lançada à rua pela porta da frente, a velha representação do Serviço Social como ‘profissão da prática’ invade a nossa casa pelas janelas do fundo”, ou seja, a “porta do fundos” a que ele faz referência é a reatualização do pragmatis­mo, da ênfase no Serviço Social como profissão da prática, da busca por metodologias conservadoras no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo aquelas assentadas no pensamento pós-moderno.

Para Bochett (2015) podemos observar traços conservadores inseridos nas Diretrizes Curriculares como:

*O metodologismo* ressurge sob a forma de ênfase no tecnicismo e le­galismo positivista, como elemento crucial na formação e na pesquisa. *O teoricismo acrítico* é outro traço conservador e se caracteriza como conceituação operacional e adoção de categorias pós-modernas e conserva­doras das Ciências Sociais. *O aligeiramento* da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital. *O pragmatismo* alimenta um tipo de formação, mas também de trabalho profissional, baseado na filosofia utilitarista, no imediatismo, no famoso discurso de que “na prática a teoria é outra”. *O voluntarismo* revela um subjetivismo descolado da objetividade e das múltiplas determinações do real. Alimenta-se na pobreza teórica que considera desnecessário estudar, ler, conhecer em profundidade as teorias e seus autores. *O contentamento com o possibilismo* é típico do conformismo com mudanças no quadro das instituições capitalistas existentes.

Muitos desses traços conservadores são fomentados pelo desencanto e pelas sucessivas perdas sociais históricas, submetidas à barbárie neoliberal. Enfrentá-las e superá-las exige construir estratégias coletivas pautadas no Projeto Ético-Político Profissional, que possibilitou ao Serviço Social alcan­çar sua maioridade teórico-política.

**2 O cotidiano e o posicionamento conservador na prática profissional do assistente social e os valores defendidos no Código de Ética de 1993**

A vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas da vida cotidiana repetidas automaticamente em face da burocracia institucional, que acaba favorecendo essa dinâmica. Essas particularidades estão presentes no cotidiano profissional do assistente social, permeando a sua prática e condicionando-a.

Vários autores demonstram que o horizonte real da atividade profissional do assistente social é a vida cotidiana. O material institucional ao qual esse profissional se relaciona, nos diversos espaços de atuação, está inerentemente relacionado com a imediaticidade, heterogeneidade e superficialidade ontológicas do cotidiano. O padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre pensamento e ação; a conduta específica da vida cotidiana é a conduta imediata, no qual o espontaneísmo e o automatismo são as respostas adequadas às demandas que surgem. Essas condutas implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam.

O cotidiano constitui um universo heterogêneo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza complexa. As ações pragmáticas, espontâneas e empiristas, marcam as respostas profissionais, impelidas pelos traços da vida cotidiana, e pela expressão das exigências institucionais. Sobre alguns traços da vida cotidiana e suas consequências, Netto afirma:

“(...) a vida cotidiana mobiliza em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força; a sua heterogeneidade e imediaticidade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que a vinculam”(2000:67- grifos do autor).

Neste sentido, a reprodução espontânea e pragmática das normas e deveres do assistente social não atende os pressupostos defendidos pelo Código de Ética Profissional. É preciso considerar a ética profissional como uma prática mediada por valores que pode se objetivar com diversos níveis de consciência e comprometimento; que pode não ultrapassar a dinâmica da cotidianidade e da singularidade, mas que conta com um campo de possibilidades para se ampliar e atingir diferentes graus de conexão com motivações que permitam a passagem dessa dinâmica (BARROCO, 2011; BRITES, 2011).

Os valores éticos se objetivam mediante posicionamentos e ações práticas e seu conteúdo é resultado da escolha e decisão de um sujeito coletivo: a categoria profissional, daí a importância da reflexão ética coletiva que busque desvelar o significado e fundação dos valores, da discussão que elege os princípios, valores e normas orientadoras da ética profissional configurada no Código de Ética Profissional de 1993.

O Código de Ética se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético- políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético- político e em sua relação com a sociedade e a historia. Essa estrutura requer um suporte teórico que assegure a fundamentação da concepção ética e dos valores ético políticos, dando sustentação ao conjunto de suas prescrições.

Porém, exemplos de práticas contrárias aos pressupostos do Código de Ética são constantemente relatados em estudos e vivências de profissionais e alunos de Serviço Social, mostrando que no cotidiano das instituições e na vida cotidiana vive-se hoje um fortalecimento de posicionamentos conservadores. Essas práticas resultam de uma cultura conservadora, na qual são incorporados valores e ideologias conservadoras, individualistas, de absorção da rotina burocrática das instituições e submissão às suas normas e aos seus valores, entre outros.

Para Netto (1996), a desconstrução das ilusões conservadoras no interior da profissão está longe de garantir a desobstrução do caminho para a análise substantiva do devir histórico-concreto da realidade social. Essa natureza conservadora é permeada por uma característica peculiar que acompanha o desenvolvimento histórico do Serviço Social: a estrutura sincrética, ou seja, a fluidez o imediatismo e a heterogeneidade com que os profissionais de Serviço Social são obrigados a organizar sua prática interventiva cotidiana. Segundo Netto (1996, p.88),

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa- se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social.

A crítica ao cotidiano implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O assistente social através da sua prática direta junto aos setores populares, precisa dispor de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade de expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Essa proximidade precisa estar aliada com uma bagagem científica que possibilite o profissional superar o caráter pragmático e empirista que cotidianamente caracteriza sua intervenção para obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais (IAMAMOTO, 2001).

Pode se afirmar que as mediações presentes no cotidiano, valoradas por nossas escolhas hierárquicas, que poderiam elevar o sujeito da sua condição individual à genericidade, muitas vezes não são apreendidas nem colocadas em ação de forma consciente e crítica no cotidiano. Tais ações perdem-se no âmbito da imediaticidade, ou seja, os sujeitos acabam por não perceber o vínculo imediato entre pensamento e ação, pois estão absortos “na repetição automática de modos de comportamento” (BARROCO, 2005, p. 38).

Esse ocultamento se dá pela aparência imediata dos fatos apreendidos de maneira fluida e espontânea, bem como pela forma alienada como são tratados, podendo ser entendidos também como uma condição própria do processo de profissionalização. De modo geral, os comportamentos, os valores e as motivações são tomados pela consciência do sujeito como autônomos e independentes, tratados assim como uma soma de fenômenos sem relação ou vínculos sociais que os conectem (BARROCO, 2005).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Considerando as questões tratadas, tentamos demonstrar que a raiz ontológica da persistência do pensamento conservador no Serviço Social está na própria estrutura sincrética em que se move cotidianamente a prática profissional.

Ao analisar o percurso histórico da profissão, podemos afirmar que todas as vertentes tanto positivistas (funcionalismo) quanto subjetivista (fenomenologia) se propuseram a uma modernização do Serviço Social tradicional no quais apenas reproduziam as características do tradicionalismo.

Para Mota; Amaral (2016, p. 201), mesmo quando o Serviço Social tentou se aproximar da tradição marxista, não se ateve as questões teórico-metodologicas concernente a apreensão da ontologia da realidade social e sim, apenas construiu apenas um conjunto de teses políticas que redundaram na reprodução de vulgatas teóricas.

Portanto, debelar esses traços conservadores requer recusar a formação aligeirada, acrítica e tecnicista e defender a formação na perspectiva de to­talidade sem nenhuma concessão ao possibilismo e ao reformismo. Exige recusar os modismos tecnicistas e pragmáticos na formação e no trabalho profissional e defender firmemente o trabalho como espaço de fortalecimen­to dos direitos da classe trabalhadora, direitos entendidos como mediação para acumular forças, para fortalecer as lutas universais pela libertação das relações mercantis.

 No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações.

Para tanto, é necessária, além de uma apurada compreensão sobre os componentes teóricos, a articulação dialética desses com a prática; ambas ensinam sobre as possibilidades e estratégias ao fazer profissional. Da mesma forma, é fundamental perceber as barreiras que a própria rotina institucional, ou seja, o cotidiano na instituição impõe para a intervenção profissional, para que a partir dele se construam estratégias coletivas de superação desses mesmos limites.

**REFERÊNCIAS**

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social***:* fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lucia silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS, São Paulo: Cortez, 2012.

CHAVES, Helena L.A. OLIVEIRA, Edistia M.A.P. **80 aos do Serviço Social no Brasil**: marcos histórico balizados nos códigos de ética da profissão. São Paulo: Serv. Soc. Soc, 2017, p. 143-163.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001 b.

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Angela. **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO. José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. In: \_\_\_\_\_\_. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.